



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E PEDOFILIA EM PAUTA: PROBLEMATIZAÇÕES DOS DISCURSOS MIDIÁTICOS SOBRE OS TEMAS

Autor (1) Dafne Conceição Silva Uhde; Co-autor (1) Ariane da Silva; Co-autor (2) Julianne Caju de Oliveira Souza Moraes; Orientador (3) Carmem Lúcia Sussel Mariano

Universidade Federal de Mato Grosso Campus Universitário de Rondonópolis; Órgão financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso; E-mail: dafneuhde@hotmail.com

Neste trabalho, buscamos analisar o tratamento que tem sido conferido a problemática da infância e adolescência associadas à sexualidade a partir da problematização da valorização do agendamento na mídia dos temas da pedofilia, abuso/exploração sexual de crianças e adolescentes. Para tanto, revisitamos a literatura e sugerimos que a posição de relevo conferida a temas associados à violência, à “situação de risco” e à sexualidade no tratamento midiático dado à infância e à adolescência não atende, unicamente, ao critério de alertar e contribuir para a defesa de direitos de crianças e adolescentes, posto que a literatura tem indicado um uso sensacionalista de crianças e jovens. Este cenário é passível de maior espetacularização quando se trata de questões relacionadas à sexualidade, por afrontar a representação ocidental contemporânea de infância que aloca a inocência como uma essência deste tempo de vida. O abuso sexual infantil não é um fenômeno novo. O que é novo é a visibilidade dada a esta questão, principalmente após 1990, sob o rótulo da pedofilia. A literatura aponta que nas décadas de 1980 e 1990 uma imagem proeminente das crianças na cobertura de imprensa era a da inocência da infância ou, da “inocência violada da infância”. Deste modo, problematizamos se a visibilização da sexualidade de crianças e adolescentes preferencialmente pelo viés negativo, do abuso, da violência, da exploração pode dificultar o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes. Diante disso, é necessário problematizar como tais discursos têm circulado e quais representações de infância têm engendrado.

Palavras-chaves: Infância, Sexualidade, Mídia.



1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema geral de investigação os discursos não problematizados sobre os direitos das crianças. Dentro deste escopo, temos observado que, principalmente após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, assistimos no Brasil a uma grande mobilização em torno de temáticas associadas aos direitos de crianças e adolescentes, mobilização esta encetada pelo ativismo em torno da infância, pela mídia e pela ação governamental (MARIANO, 2010). Após uma sequência de temáticas dos direitos da criança e do adolescente terem tido grande visibilidade midiática e sido alvo de campanhas, tais como, “meninos de rua”, “prostituição infanto-juvenil”, “trabalho infanto-juvenil”, “gravidez na adolescência”, nos últimos anos têm se observado grande mobilização em torno da temática do abuso sexual. Embora o abuso sexual infantil seja repudiado em nossa sociedade e alvo de muitas campanhas, inclusive midiáticas, segundo o sociólogo Herbert Rodrigues (2014) constitui um crime tolerado na prática, principalmente porque a falta de denúncias e o silêncio são as atitudes mais adotadas ante tais crimes.

Este estudo integra uma pesquisa coletiva que tem como objeto de investigação apreender os discursos sobre o abuso sexual de crianças na sociedade brasileira¹. Essa pesquisa coletiva parte da problematização de que, ante tais mobilizações em nome dos direitos da criança, vislumbram-se duas tendências de análise: uma, que considera positiva em si a inserção na mídia do tema dos direitos da criança e do adolescente ou de problemáticas delimitadas para a população infanto-juvenil e que tanto maior seria o avanço quanto mais tais questões ganham visibilidade (MARÔPO, 2004, 2005; BONFIM, 2005; ANDI, 2005); a outra, que problematiza como o tema está sendo introduzido no debate público (ARFUCH, 1997; ROSEMBERG e ANDRADE, 2007; FREITAS, 2004; BIZZO, 2008; NAZARETH, 2004; ANDRADE, M., 2005; ANDRADE, L., 2001, 2004; MARIANO, 2010), ou seja, que indaga sobre quais repertórios, quais recursos retóricos são utilizados quando a infância ganha visibilidade na mídia. Esta segunda vertente, parte da perspectiva de que a “pauta da infância” não é unívoca, que abriga contradições e tensões e nem sempre, os adultos atuam visando os “melhores interesses das crianças”, mesmo quando buscam angariar visibilidade para questões que afligem a população infantil.

¹ Pesquisa coordenada pela Prof.^a Dr.^a Carmem Lúcia Sussel Mariano e inclui esta investigação além de dois estudos de Iniciação Científica. Este estudo integra também um projeto de pesquisa mais amplo no âmbito do GEIJC, do qual participam vários pesquisadores, intitulado: “Mídias e discursos do corpo: infância e juventude no contemporâneo”, que tem como objetivo geral compreender discursos sobre a criança e o jovem, privilegiando questões de gênero, corpo, sexualidade e mídia, que participam da construção social da infância e da juventude na contemporaneidade.



Filiamo-nos à segunda posição e percorremos uma perspectiva de análise em que se busca desconstruir ou, conforme sugere Lahire (2005, p. 23), “desevidenciar” discursos não problematizados. Discursos sobre a infância e/ou sobre os direitos da criança e do adolescente costumam arregimentar unanimidades e é, justamente, o caráter unânime ou a não problematização social de certos fenômenos que demandam uma investigação.

Os discursos que circulam sobre infância contribuem sobremaneira para o modo como as representações da infância são construídas pelos adultos. Estudos nacionais (MARIANO, 2010; ANDRADE, L., 2001; FREITAS, 2004; NAZARETH, 2004; ANDRADE, M., 2005; BIZZO, 2008) e internacionais (PONTE, 2005; NAVAS, 1994; ARFUCH, 1997; FRANKLIN, 2002) têm apontado que as crianças e jovens ascendem à visibilidade midiática, especialmente a noticiosa, a partir de duas imagens contraditórias: como passivos, dependentes, vulneráveis e necessitando proteção ou, alternativamente, como anti-sociais, desviantes, irresponsáveis e necessitando de controle social. Neste sentido, observa-se que, se por um lado, são imprescindíveis os direitos de proteção das crianças, em especial a proteção contra abusos sexuais, reconhecimento este tardio na história dos direitos humanos, por outro, é necessário problematizar como tais discursos têm circulado e quais representações de infância têm engendrado. Bob Franklin (2002), ao estudar o noticiário britânico nas décadas de 1980 e 1990, identificou que a imagem mais proeminente das crianças na cobertura de imprensa, naquele país, era a da inocência da infância ou, mais exatamente, da “inocência violada da infância”, bem como que as campanhas da mídia relacionadas à infância estavam mais voltadas para o “considerável” risco de abuso físico e sexual das crianças, sugerindo a necessidade de uma proteção maior, inclusive de seus próprios pais (FRANKLIN, 2002, p. 30). O abuso sexual infantil não é um fenômeno novo. O que é novo é a visibilidade dada a esta questão, principalmente após 1990, sob o rótulo da pedofilia. Rodrigues (2014, p. 11) assinala que “o termo pedofilia não era usado para descrever a preferência sexual de adultos por crianças e, tampouco, para qualificar o crime de abuso sexual infantil”.

Ainda, entendemos ser necessário problematizar a agenda dos direitos da criança. Neste sentido, indagamos por que o tema pedofilia ocupa agora tanto destaque em campanhas e na mídia, dentre tantas outras temáticas relacionadas aos direitos da criança e que são igualmente importantes e que não recebem atenção no debate público, como, por exemplo, o déficit de vagas em creches, o direito à cultura e ao lazer? Seria porque a imagem da criança abusada/molestada provoca grande comoção da qual a mídia sensacionalista se nutre?



A relevância do tema desta pesquisa repousa no papel que a mídia exerce no debate público sobre a infância, sobre os direitos da criança e sobre as representações sobre a infância e o corpo da criança. Por mais que haja interesse público, a temática da pedofilia pode interessar mais à mídia ao evocar crianças em “situação de risco”, para captar audiência, do que propriamente contribuir com o debate e o enfrentamento desta questão na sociedade. Ao apreender os repertórios pelos quais o tema da pedofilia vem circulando, de certa forma, poderemos lançar olhares sobre as ressonâncias destes discursos nas representações de infância e no modo como o corpo da criança tem sido visto e tratado.

Pesquisar tais discursos nos ajuda a pensar sobre as representações do corpo da criança. Entendemos que os textos jornalísticos são artefatos que contribuem significativamente na construção social da infância e da juventude. A mídia participa da construção de realidades e isso tem ressonância no contexto educativo. Nesse caso, ela alimenta e realimenta pânico morais em torno do corpo das crianças, principalmente na relação professor-aluno.

Diante do exposto, de modo geral, esta investigação pretende problematizar os discursos produzidos e veiculados na mídia sobre os direitos da criança e do adolescente e suas interfaces com a construção social da infância e adolescência brasileira. De modo específico, esta pesquisa tem como objetivo analisar discursos sobre o abuso sexual de crianças e a pedofilia veiculados no jornal impresso *Folha de São Paulo (FSP)*, identificar as retóricas utilizadas nestes discursos sobre o abuso sexual e a pedofilia e analisar o modo como o corpo da criança é representado em tais discursos.

O nosso interesse na análise da produção discursiva da mídia sobre o abuso sexual infantil e a pedofilia se guia por algumas indagações, das quais destacamos: que imagens do corpo da criança os discursos que circulam sobre os direitos das crianças têm produzido? Quais visibilidades da infância são produzidas a partir desses discursos? Tal qual as demais pesquisas já realizadas sobre infância no jornal *Folha de S. Paulo*, no caso do tema do abuso sexual de crianças e da pedofilia, poderia haver também um tratamento sensacionalista? Quais as proporções e a partir de quais repertórios têm circulado as campanhas brasileiras em torno do abuso sexual de crianças e da pedofilia e a que tais discursos têm servido? O aumento substancial da noticiabilidade destes temas nas últimas duas décadas teria contribuído para o enfrentamento desta problemática na sociedade brasileira ou o dramatismo que estas questões envolvem teria sido usado para alimentar um tratamento sensacionalista desta temática?



2 – METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa recorreremos ao referencial metodológico proposto por Thompson (2002) para a análise das formas simbólicas no contexto da comunicação: a Hermenêutica de Profundidade (HP), posto que constitui um referencial que coloca em destaque o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação, concedendo, assim, um papel central ao processo de interpretação como uma forma de fazer justiça ao caráter distintivo do campo-objeto.

O enfoque da HP compreende três fases que podem ser descritas como: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva, e interpretação-reinterpretação.

De acordo com a proposta metodológica da HP, a primeira etapa da HP é a análise do contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção das formas simbólicas que, no caso desta pesquisa, são as peças jornalísticas publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* sobre os temas do abuso sexual de crianças e pedofilia. Para Thompson, os acontecimentos sócio-históricos são campo-objeto e também campo-sujeito.

Na segunda fase da HP, estamos coletando os discursos midiáticos sobre a temática da pedofilia. Estamos trabalhando com a base de dados *on line* do jornal impresso *Folha S. Paulo*, cuja base tem acervo desde o ano de 1921. A eleição deste jornal se deve à ampla atenção que este jornal dispensa às temáticas da infância (MARIANO, 2010). A *FSP* é o jornal que tem posição de destaque na produção e veiculação de peças jornalísticas sobre infância (ANDI, 2014). Além disso, é o jornal que desde a década de 1990 ocupa a posição de jornal de maior circulação no país. O recorte temporal para a constituição do *corpus* está sendo definido a partir da análise sócio-histórica (primeira fase da HP) e de um levantamento prévio que está sendo realizado sobre a produção da *FSP* na temática da pedofilia. Para a análise formal dos discursos coletados, está sendo empregada a técnica da Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin. Entendemos esta técnica como uma das formas possíveis de tratamento de dados em pesquisa, com a qual mensagens podem ser interpretadas para além dos significados da leitura simples do real.

A terceira e última fase da Hermenêutica de Profundidade se processa por síntese das duas fases anteriores: a articulação dos resultados da análise sócio-histórica e da análise formal ou discursiva leva à “construção criativa de possíveis resultados” (THOMPSON, 2002, p. 375). Esta fase implica um movimento novo de pensamento, uma construção criativa por meio da qual se oferece uma interpretação do que é dito ou representado pela forma simbólica sob análise. Ou seja, a partir dos discursos analisados, pretende-se lançar outras interpretações sobre como vem sendo



abordadas as temáticas da pedofilia e do abuso sexual pela mídia e suas possíveis repercussões na construção social da infância e adolescência.

3 – RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÃO

3.1. 1ª fase da HP – Análise sócio-histórica

De acordo com a proposta metodológica da HP, a primeira fase é dedicada à análise sócio-histórica que, enquanto procedimento de pesquisa, procede-se a uma revisão da literatura sobre as temáticas que constituem campos de diálogo entre a pesquisa e o conhecimento acadêmico sistematizado e disponível. Deste modo, estamos analisando o processo de ascensão das temáticas dos direitos das crianças no campo da sexualidade, contextualizando o envolvimento e papel de ONGs e de movimentos sociais no campo da defesa dos direitos da criança na temática da pedofilia. Tais análises têm subsidiado as delimitações para a constituição do *corpus* de análise da pesquisa.

Elegemos como eixos principais de análise o contexto institucional da empresa *Folha de S. Paulo*, o contexto de reflexão sobre infância e mídia e o contexto de análise do tema pedofilia na mídia, análises essas norteadas pela concepção teórica e política de compreensão da infância como uma categoria social subordinada ao poder adulto. Na sequência, apresentamos algumas sistematizações dessas análises.

3.1.1 O jornal *Folha de S. Paulo*

Ser o jornal mais influente do país é característica destacada pela *Folha de S. Paulo* em seu site. Eles se autodenominam apartidários e pluralistas. De acordo com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), a *Folha* é o jornal com maior produção e veiculação de peças jornalísticas sobre a infância. Periodicamente, o Datafolha (instituto de pesquisa e opinião do grupo) realiza pesquisa sobre perfil dos leitores da Folha. Um dos resultados desse levantamento constatou que a maioria dos leitores são adultos, tem cor branca, são católicos, casados com filho e bicho de estimação. São pessoas que consomem a mídia (FOLHA DE S. PAULO, 2007).

Leandro Andrade (2004) afirma que a Folha prioriza falar e atender as necessidades de seus leitores e anunciantes e produz peças jornalísticas sobre os diversos assuntos sobre a sociedade brasileira. Para *Folha de S. Paulo*, a opinião pública é representada pelos segmentos “ativos” da sociedade, ou seja, aqueles que pensam, debatem e formulam políticas públicas para as questões sociais (ANDRADE, 2004). E a Folha procura sempre manter-se como uma das principais forças formadoras e opinião pública (ANDRADE, 2004).



Uma das características marcantes da linha editorial da Folha é estimular polêmicas nas peças produzidas, seja em artigos, críticas, reportagens, notas, entrevistas ou até em fotos. Este jornal é um dos influentes formadores de opinião pública.

3.1.2 Infância e Mídia

A pesquisadora portuguesa Cristina Ponte (2005) aponta que são em duas situações que as crianças e adolescentes mais aparecem na mídia: nas questões relacionadas à violência, eles ora são citados como vítimas ou ora como algozes; ou nas questões ligadas à sexualidade. Isto tem permitido que pesquisadores e ativistas qualifiquem o tratamento midiático à infância como sensacionalista (PONTE, 2005).

O tratamento que a *Folha de S. Paulo* vem dando às questões da infância vão nortear as próximas reflexões. As peças jornalísticas que serão analisadas nesta pesquisa foram produzidas em um período em que se iniciava no Brasil e no mundo debates sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

As mudanças na representação de infância abriram caminhos para a reflexão acerca da importância de reconhecer a dignidade de pessoa humana da criança e como sujeito de direitos, reconhecimento este que só ocorreu em 1989 com a aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, no plano internacional, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no plano nacional, em 1990.

Tais marcos legais garantiram direitos de proteção, provisão e participação às crianças e adolescentes. Entretanto, considera-se que ainda é incipiente no Brasil a discussão sobre as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos ou como cidadãos, pois o debate nacional não tem abarcado a amplitude dos direitos garantidos às crianças, se restringindo. A aprovação e difusão de tais marcos legais renderam grande ímpeto à “causa da infância” e instalaram discursos sobre a situação da infância, na maioria das vezes, sob o enfoque da proteção, bem como de temáticas associados ao “risco” e à violência (MARIANO, 2010).

Tatiana Landini (2007) entende que a mudança de sentimentos em relação à infância proporcionou um campo favorável para dois movimentos: um pelos direitos das crianças e dos adolescentes, e outro, o movimento feminista. Para Landini foram esses movimentos que influenciaram a elaboração de um marco legal nacional e internacional em defesa da infância com a produção de documentos jurídicos criados ao longo do século XX que enquadram, punem e criminalizam os crimes de violência sexual contra criança. Os marcos legais da infância despertaram na sociedade uma nova sensibilidade para com a infância.



O agendamento na mídia de temas relacionados aos direitos das crianças e dos adolescentes é, segundo Ponte (2005), um dos dispositivos que vem sendo usado em prol da infância, encetado por determinadas Organizações Não Governamentais (ONGs) e pelo ativismo social. Uma dessas ONGs é, segundo Ponte (2005), a ANDI, que promove a inserção dos direitos das crianças e dos adolescentes e influencia as pautas e produções da mídia. As pesquisas já produzidas por pesquisadores do Núcleo de estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI) sobre o tratamento da *Folha* a temáticas dos direitos da criança e do adolescente indicam que tem sido privilegiado temas associados à “situação de risco” e violência e que tal abordagem tem redundado numa retórica sensacionalista (ANDRADE, L., 2001; FREITAS, 2004; NAZARETH, 2004; ANDRADE, M., 2005; BIZZO; 2008; MARIANO, 2010).

3.1.3 Pedofilia na Mídia

A Organização Mundial da Saúde (OMS) descreve a pedofilia como transtorno de preferência sexual por crianças. Já a Associação Americana de Psiquiatria (APA), considera a pedofilia um transtorno mental. Para Rodrigues (2014), há relativo consenso em torno da pedofilia. “Não em termos de doença, mas como perversão sexual, parafilia: distúrbio psíquico que se caracteriza pela obsessão por práticas sexuais fora dos padrões aceitos pela sociedade.”

Para Bauman (1998), coube à modernidade trazer formas pouco convencionais sobre a sexualidade, e à pós-modernidade, ao desvendar o sexo (não proibir), trouxe uma nova propagação do que a sociedade considera legalmente perverso. Nesse sentido, o pedófilo é considerado um monstro que não consegue se adequar às normas sociais e naturais.

A noção de monstro humano é uma categoria jurídica por violar não apenas as leis da sociedade, mas principalmente por violar as leis da natureza. A preocupação com a pedofilia é legítima e necessária para a proteção das crianças e do próprio portador de pedofilia, mas o pânico moral e a “bestificação” do sujeito pedófilo servem para proteger os valores morais da família burguesa (RODRIGUES, 2014, p. 23).

Rodrigues (2014, p. 71) considera a pedofilia um tema delicado, mas precisa ser enfrentado e discutido. Para ele, a sociedade dá importância para violência quando é transformada em crime e vira notícia na mídia e pondera que “a violência é um conceito que muda de acordo com o tempo e o lugar onde estamos”.

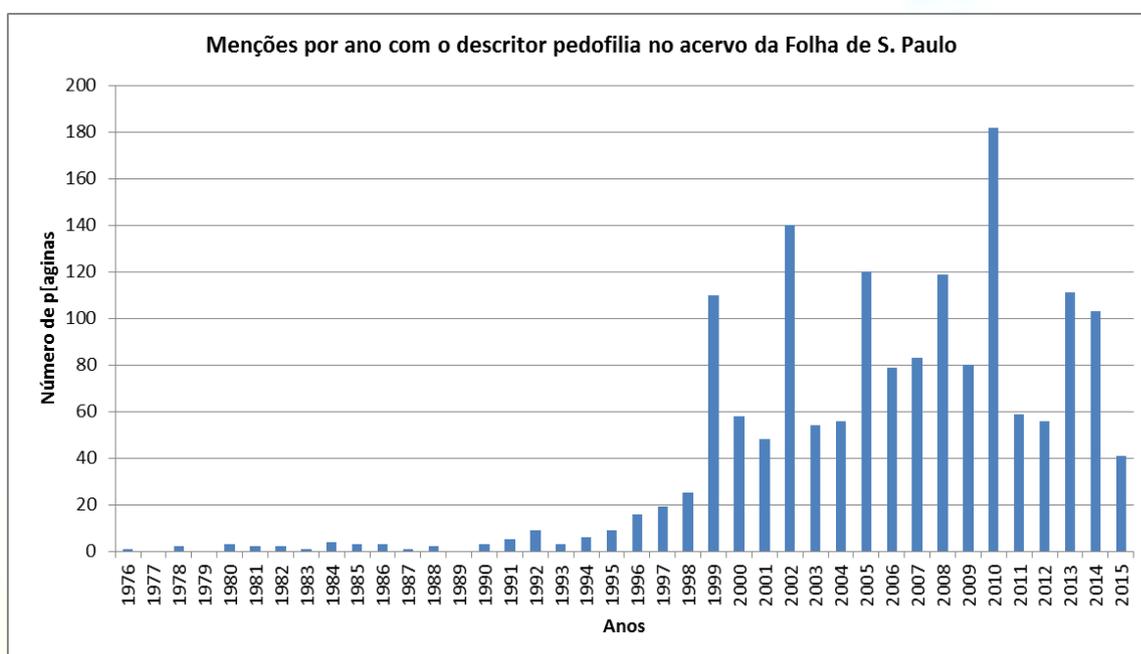
A mídia constitui um importante ator social na visibilidade, promoção e debate sobre os direitos das crianças. É na década de 1990 que se vê uma nova sensibilidade social relacionada à violência sexual contra criança. Desde esta época, casos de pedofilia passam a ser mais noticiados. A pornografia infantil, assim como a pedofilia, passa a compor as novas modalidades de crime



contra criança nos noticiários. Antes disso, era mais comum a mídia falar em estupro, incesto e prostituição infantil. Observa-se, então, a publicização da temática da pedofilia pela imprensa (MARIANO, 2012).

4.2 2ª fase da HP - Análise Formal - Coleta de dados

Os dados até então coletados indicam que o tema da pedofilia era um tema silenciado até a primeira metade da década de 1990 e a partir da segunda metade da década de 1990 passa a ter uma visibilidade significativa na mídia, conforme podemos verificar no gráfico a seguir sobre as menções com o descritor pedofilia encontrados no acervo online da *Folha* entre os anos de 1976 a 2015.



Fonte: Dados coletados na base de dados *on line* da Folha de S. Paulo

O gráfico revela também o crescimento do número de menções sobre a pedofilia publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, com significativo incremento a partir da década de 2000, ano em que foi instituído o dia 18 de maio como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”² e com picos de produção em determinados anos. Podemos observar também através do gráfico que o aumento da produção das peças jornalísticas com foco do tema da

² O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi instituído em lembrança ao caso Araceli ocorrido em 18 de maio de 1973 na cidade de Vitória/ES. Ela tinha 08 anos de idade quando foi abusada sexualmente por dois homens pertencentes à alta sociedade. O corpo dela foi encontrado somente seis dias depois do crime, desfigurado e com muitas marcas de violência e abuso sexual. Os culpados não foram condenados.



pedofilia a partir da segunda metade da década de 1990 tem associação com os eventos relacionados ao tema do abuso sexual contra criança, exploração sexual infantil e pedofilia, conforme consta no anexo 01. Um dos exemplos dessa associação é o período 2008 a 2011, quando houve grande pico de produção de peças jornalísticas na *Folha de S. Paulo* com o tema da pedofilia. Nesse período, ocorreu os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pedofilia, no Senado Federal. Os membros dessa CPI tiveram seus discursos reproduzidos por longo período na *FSP*.

Numa busca preliminar no acervo digital da *Folha de S. Paulo*, localizamos 1625 menções para o descritor “pedofilia” e 43 menções para o descritor “abuso sexual infantil” no período de 1976 até 2015. O termo aparece pela primeira vez em 1976 em um artigo do jornalista J. B. Natali, mas se trata de uma mera menção. Ao descrever sobre “O sexo sem censura”, Natali expõe o que o historiador francês Michel Foucault pensa sobre o sexo e a sexualidade. E tangencia a pedofilia ao dar exemplo de um caso de uma pessoa condenada. A primeira matéria publicada na *FSP* com foco no tema da pedofilia é do jornalista Paulo Francis de 08 de fevereiro de 1980. Ele relata casos de pessoas consideradas pedófilos e afirma que pedofilia é considerada uma “aberração sexual”.

Pudemos observar que a *Folha* dissemina manchetes que implicam um tratamento sobre pedofilia com estilo sensacionalista, conforme ilustramos com alguns exemplos a seguir:

Diretor de Escola é acusado de pedofilia (04/09/1997)

Arcebispo britânico é acusado de pedofilia (27/01/99)

Família está transtornada: vendedor é acusado de pedofilia (05/03/1999)

Jornal decide publicar relação com nomes de 16 condenados por pedofilia (24/08/2000)

Na onda da pedofilia (24/04/2002)

Até o momento foram coletadas 471 peças jornalísticas no período de 1976 a 2011. Os dados coletados indicam que estas temáticas passaram a ser objeto de maior atenção da mídia escrita a partir da década de 1990, com muito mais ênfase a partir da década de 2000. Nossa análise preliminar indica que a publicização deste tema está associada à difusão dos direitos da criança e do adolescente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ocorrida em 1990, e, desde então, vem ocorrendo uma construção destas temáticas enquanto um problema social. Ainda, o jornal em análise deu preferência por tratar do abuso sexual de crianças a partir da expressão “pedofilia”, expressão esta que se reveste de maior sensacionalismo, possibilita a espetacularização, bem como contribui para circunscrever os abusadores no campo da patologia, da natureza, da perversão, desfocando o abuso sexual de sua dimensão de fenômeno cultural produzido e sustentado



em uma sociedade estruturada em desigualdades etárias, de gênero e em valores e práticas patriarcais.

Os termos usados pelo jornal *Folha de S. Paulo* para falar de abuso sexual, com uso frequente e consistente do termo pedofilia indicam a reiteração do uso de imagem da infância para fins sensacionalistas.

As análises preliminares dos dados até então coletados nos mostram também que quando o tema pedofilia é mostrado sob o enfoque dos direitos da infância, as peças jornalísticas apresentam estatísticas, interlocutores da área de proteção (Conselho Tutelar) e questionamentos sobre a eficiência da proteção das famílias para com as crianças. E quando o enfoque é pela ótica punitiva, as peças apresentam a polícia e o judiciário como principais instrumentos e porta-vozes para a resolução do problema. Em várias peças jornalísticas a pedofilia é apresentada como um problema social e relacionada à violência doméstica. Quanto ao abusador, as peças jornalísticas apresentam o abusador como doente mental, ou dependente de álcool e drogas.

4 – CONCLUSÕES

Há cerca de 20 anos que a temática da violência sexual contra criança foi colocada como ocorrência perturbadora e passou a figurar como problema social. A construção social desta questão é característica do final do século XX, com grande visibilidade, esforço e empenho para controlar tudo que está fora “da verdade” e a sexualidade das pessoas.

Michel Foucault (2000) nos ajuda a refletir sobre a ordem discursiva na sociedade. É o adulto o produtor de saberes e poderes. E as infâncias são produto de uma trama histórica, cultural e social, na qual a ordem dos discursos, no caso, aqueles que produzem os infantis, referem-se não às palavras, mas aos poderes que os envolvem, ao que é controlado, interditado regulado em diferentes lugares.

A nossa pesquisa ainda está na fase de análise dos dados e apresentar interpretações dos dados neste momento seria prematuro. No entanto, análises preliminares nos permitem problematizar como o termo pedofilia (originário da Medicina e da Psicologia) está sendo utilizado com o sentido de violência sexual, abuso e/ou exploração sexual infantil. Podemos sugerir que o discurso da *Folha* sobre a temática da pedofilia utiliza a imagem da criança e da infância com fins dramáticos e sensacionalistas

5 – REFERÊNCIAS



ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância). *Infância na mídia. A criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira*. Relatório 2003/2004. Ano 10, n. 14, julho/2005. Disponível em: <http://www.andi.org.br/>

ANDRADE, Leandro Feitosa. *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ANDRADE, Marcelo Pereira de. *A categoria 'meninos de rua' na mídia: uma interpretação ideológica*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ARFUCH, Leonor. *Crímenes y pecados: de los jóvenes en la crónica policial*. Buenos Aires: Cuadernos del Unicef, 1997.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. BIZZO, Vanessa Monteiro. *Infância associada ao tema aborto voluntário em peças jornalísticas publicadas no jornal online da Folha de S. Paulo (1997-2005)*. São Paulo, 2008. 252 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BONFIM, Willian Silva. *O papel das fontes na construção da notícia: o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro, no ano de 2003*. Brasília, 2005. 131 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília.

BRASIL. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

DALLARI, de Abreu; KORCZAK, Janusz. *O Direito da Criança ao Respeito*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

FOLHA S. PAULO. Leitor da Folha está no topo da pirâmide social brasileira, 11 de novembro de 2007.

FRANKLIN, Bob. Children's rights and media wrongs. In: _____ (ed.) *The new handbook of children's rights: comparative policy and practice*. Londres/New York: Routledge, 2002, p. 15-42.

FOUCAUL, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.

FREITAS, Rosangela Ramos de. *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica*. São Paulo, 2004. 282 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LAHIRE, Bernard. *L'invention de l'"illettrisme" rhétorique publique éthique et stigmates*. Paris: La Découverte, 2005.

LANDINI, Tatiana. Infâncias em movimentos – Reflexões sobre os movimentos sociais no Século XX. In: VIOLES. *Tráfico de pessoas e violência sexual*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. p. 75-96.

MARÔPO, Lidia Soraya Barreto. *Media e mobilização social na construção do discurso jornalístico sobre infância – o caso brasileiro*. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, Portugal, 16 a 18 setembro, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel23/LidiaMaropo.pdf>

_____. *Movimentos Sociais e a construção da agenda da infância na mídia Brasileira*. Intercom 2005 - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. v Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1975-1.pdf



MARIANO, Carmem L. Sussel. Usos da infância: algumas considerações sobre a valorização do agendamento na mídia do tema do “abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”. In: SOUZA, L. L.; SALGADO, R. G. (Org.) *Infância e juventude no contexto brasileiro: gêneros e sexualidades em debate*. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p. 63-85.

_____. *Direitos da criança e do adolescente: os marcos legais e a mídia*. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MORAES, Julianne Caju de Oliveira Souza; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. *Infância, mídia, abuso sexual: fatos e textos dos discursos jornalísticos*. Anais do Congresso de Pesquisa em Educação, 2015. Rondonópolis/MT.

NAVAS, Jorge. Jovenes y medios de comunicación. In: SOLÓRZANO, Irela & ABAUNZA, Humberto. *Las reglas del juego: limites y libertades para la juventud en Nicaragua*. Managua: Puntos de Encuentro, 1994.

NAZARETH, Leila. *O discurso da mídia sobre a adolescente grávida: uma análise da ideologia*. São Paulo, 2004. 187 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU); Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, 1989.

PEREIRA, Fabiana da Cunha. *Em nome da criança e do adolescente*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo.

PONTE, Cristina. *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PROUT, Allan. *Reconsiderando a nova Sociologia da Infância*. Tradução: Fátima Murad, Cadernos de Pesquisa, vol. 40, n.141, p.729-750, set/dez 2010.

_____. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo e BRANDÃO, Gildo Marçal (Orgs.) *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo, Hucitec, 2008, p. 296-333.

_____. e ANDRADE, Marcelo. Infância na mídia brasileira e ideologia. In: JACÓ-VILELA A.M. e SATO, L. (Orgs.). *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre, Ed. Evangraf, 2007, p. 257-274.

RODRIGUES, Herbert. *A pedofilia e suas narrativas*. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo.

SALGADO, Raquel G.; MARIANO, Carmem L. S.; OLIVEIRA, Evandro. Infância, sexualidade e contemporaneidade em debate: entre o sagrado e o profano. In: SALGADO, R. G.; MARIANO, C. L. S. e SOUZA, L. L. (Org.). *Gênero, sexualidade, diversidade e educação*. Cuiabá: EdUFMT, 2015, no prelo.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O